

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.912 - CE (2020/0009195-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : RIZOMAR NUNES PEREIRA - CE020975
AGRAVADO : FRANCINALDO RODRIGUES DO CARMO JÚNIOR
ADVOGADO : ALOISIO ALBERTO DE SA FERNANDES - CE020723

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DO CEARÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim resumido:

EMBARGOS À EXECUÇÃO DE MULTA DIÁRIA FIXADA EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA QUE DETERMINOU A NOMEAÇÃO DO IMPETRANTE NO CARGO DE POLICIAL MILITAR DITAMES DO ENUNCIADO Nº 410 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA OBEDECIDOS INTIMAÇÃO PESSOAL DO ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DA PROCURADORIA DO ESTADO IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONDOTA ESTATAL A ENSEJAR A APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA OBRIGAÇÃO DE FAZER EFETIVADA SOMENTE APÓS 10 (DEZ) MESES DEMORA DESARRAZOADA ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA COMINATÓRIA DIÁRIA DE CINCO MIL REAIS PARA QUATROCENTOS REAIS NOS TERMOS DE RECENTES JULGADOS DESTE TRIBUNAL EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTES DEFERIMENTO DO PEDIDO ALTERNATIVO DE REDUÇÃO DO VALOR DA ASTREINTE ANTERIORMENTE ARBITRADA AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO DO EMBARGADO EM HONORÁRIOS APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTES

O recorrente alega, em síntese, que lhe foi arbitrada multa em valor excessivo, bem como a necessidade de serem arbitrados honorários sucumbenciais em desfavor do recorrido, tendo em vista sua sucumbência no processo executivo.

É o relatório. Decido.

Incide, na espécie, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados,

Superior Tribunal de Justiça

ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente